

Educação Superior a Distância no contexto da política de formação de professores

Cláudio Nei Nascimento da Silva¹, Beatrice Laura Carnielli²

RESUMO

O presente artigo aborda o surgimento de políticas e estratégias de estímulo ao Ensino a Distância (EaD) no Brasil, como alternativa para a formação e qualificação de professores para o exercício do magistério na Educação Básica. O pano de fundo desta análise é constituído pela problemática da seletividade do acesso ao ensino superior e as demandas sociais pela qualificação docente. O texto ressalta a importância atribuída a EaD pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9396/96, e também analisa as razões sociais, políticas e econômicas que justificam o fortalecimento desta no cenário da educação nacional, como possibilidade de atender às diversas demandas impostas pelo novo paradigma capitalista. São também analisadas algumas experiências brasileiras de formação de professores através da EaD, e o texto conclui apontando os motivos pelos quais a EaD vem se consolidando, cada dia mais, no cenário da educação nacional.

Palavras-chave: Educação a distância; Educação Superior; formação de professores.

Introdução

A Educação a Distância (EaD) no ensino superior tem provocado um certo fascínio ao propor a abdicação da definição de ensino tradicional. No cerne dessa definição está uma nova concepção de educação, um reconhecimento de que a nossa compreensão não alcança facilmente o crescente número de informações em que o real vai se construindo e desconstruindo, exprimindo a idéia de que será sempre incompleto e precário qualquer conhecimento.

Na universidade, a formação acadêmica tende a ser uma formação incapaz de acompanhar a velocidade das mudanças tecnológicas, econômicas, culturais e do cotidiano, isto é, baseada na adoção de recursos tecnológicos por meio de estratégias da comunicação e da informação. A função de elaborar, expressar, comunicar e de proporcionar o conhecimento ao ser humano, exercida essencialmente pela escola e, posteriormente pela universidade, torna-se fator determinante para mudança de paradigmas e posturas historicamente cristalizadas. A sociedade busca produzir um indivíduo capaz de reconhecer o seu meio e poder nele intervir com eficiência e responsabilidade. Entretanto, um paradoxo se apresenta: embora essa busca esteja evidente, mais evidente ainda é o fato de não haver um sistema de formação superior que consiga atender

a uma demanda representativa da população, pelo menos no que se refere à meta estabelecida no Plano Nacional de Educação - PNE (2000, p. 74), que garante "prover, até o final da década, a oferta de ensino pós-médio equivalente a, pelo menos, 30% da faixa etária de 19 a 24 anos".

No que se refere à compreensão da EaD como mecanismo de aumento da oferta no ensino superior, o Plano Nacional de Educação - PNE estabelece, na meta nº 4, a formação de

(...) um amplo sistema interativo de educação a distância, utilizando-o, inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, tanto os regulares como os de educação continuada, observando as metas estabelecidas no capítulo referente a essa modalidade de ensino. (PNE, 2000: 74)

Os princípios democráticos que sustentam a sociedade brasileira pressupõem uma educação que promova a equidade, a inclusão social e a elevação da cultura geral da população. Em conformidade a esse ideal, a legislação educacional prevê a preparação do indivíduo "para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Art.2º, LDB, 1996). São, portanto, indicativos de que a educação tem um importante papel a desempenhar no processo de desenvolvimento geral da sociedade.

Todavia, enormes desafios estão por se equacionar no que tange ao alcance dos objetivos e metas contidos no

Plano Nacional de Educação. A questão do atendimento à população em idade escolar apresenta índices assustadores no ensino superior, colocando o Brasil em situação questionável em relação a vários países do mundo, inclusive da América Latina. Nesse contexto, observa-se o aparecimento de iniciativas que se apoiam em modelos inovadores de ensino, como por exemplo, a educação a distância. Ações dessa natureza têm sua posição localizada claramente no problema da seletividade, isto é, busca romper com o elitismo até então predominante no ensino superior brasileiro.

A seletividade no ensino superior brasileiro

A alta seletividade no ensino superior brasileiro e as dificuldades em ampliar significativamente seu atendimento, num país com as dimensões continentais e a má distribuição de renda como é o caso do Brasil, especialmente nos últimos anos, tem sido um argumento sobre o qual inúmeros programas de ensino a distância se firmaram. Como estratégia inovadora de ensino, a EaD vem tomando força gradativamente, representando uma alternativa de ampliar as oportunidades de ingresso dos indivíduos nos diferentes níveis educacionais, sobretudo no nível superior. Nos últimos anos, tem-se notado uma preocupação cada vez mais intensa com essa problemática. A partir da primeira metade da década de 1990, o cenário fica propício para uma política de expansão da EaD, como destaca Vianney (2001). Algumas universidades, em especial a UFMT e a UFSC, dão passos largos na direção da construção desse novo modelo de educação superior, onde o ensino é oferecido virtualmente. São os primeiros sinais de que a sociedade começa a exigir formas mais eficazes de ensino, especialmente do ponto de vista de modalidades de cursos e técnicas de ensino. Nota-se que a EaD se situa como uma proposta capaz de atender às atuais demandas sociais de formação e inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Aliada a essa conjuntura, a exigência legal de que todos os professores da educação básica detenham uma

escolaridade de nível superior, reforça a necessidade do aumento da oferta de vagas neste nível de ensino, devendo-se considerar as dificuldades de acesso à universidade, decorrentes do isolamento regional e a falta de infra-estrutura.

Por outro lado, ao se considerar o processo de globalização da economia, que impõe a inovação tecnológica como fator determinante para situar o homem no mercado de consumo, vê-se, pois, ainda presente na mentalidade coletiva a crença de que a educação é o caminho (talvez o único) que o indivíduo pode trilhar para alcançar melhores condições de vida. Neste sentido, organismos estão se unindo para oferecer à população, sobretudo a de menor poder aquisitivo, oportunidades de ingresso no ensino superior como forma de acesso ao saber, à cultura, à formação e, conseqüentemente, às condições mais dignas de vida.

Razões que recomendam a EaD

O crescimento da EaD nos últimos anos pode ser explicado por uma razão muito simples: sua viabilidade financeira e praticidade pedagógica em termos de aproximação ao ensino presencial. No setor privado, um dos pontos mais valorizados é a redução de custos que possibilita economia em escala. Para algumas empresas, cursos de capacitação e aperfeiçoamento só são viáveis se forem oferecidos à distância (OLIVEIRA, 2002). A impossibilidade que alguns funcionários têm de se deslocarem a outras cidades para receberem treinamento, como também o custo elevado para a empresa, caso uma atividade de formação em serviço qualquer fosse realizada de forma convencional, são alguns dos motivos que fundamentam a utilização de EaD no setor.

Além da dimensão econômica, onde a EaD ocupa uma posição vantajosa pelos diversos motivos já mencionados, o contexto das transformações tecnológicas impõe, naturalmente, como exigência, a ampliação das formas e a melhoria dos processos educacionais.

Numa sociedade, onde a automação, a informação e o tempo correm velozes, não é possível pensar que os sistemas convencionais de ensino possam responder à formação contínua, face às necessidades dos momentos presente e futuro (MATA, 2001: 80).

Nesse sentido, a EaD revela não apenas situações de vantagem em relação ao ensino convencional, mas assume o papel de responder às exigências do

mundo do trabalho, em termos de qualificações e competências, à socialização do saber e à posse de informações a curto prazo. Ela, portanto, ganha validade não somente "como alternativa tecnológica, mas como alternativa de democratização da educação" (Idem: 81).

Além disso, vale lembrar que as condições impostas por um modelo capitalista são de competitividade, tanto em nível nacional, quanto internacional para uma "economia globalizada e altamente tecnologizada" (BELLONI, 2001: 42). Por esse motivo, somente um modelo de educação que supere os limites de tempo e espaço é capaz de oferecer condições permanentes de aprendizagem ao longo da vida. Um indivíduo que, mesmo com uma formação inicial sólida, não tiver interesse ou oportunidade de uma formação ao longo da vida, terá dificuldade de competir no mercado de trabalho globalizado.

Por outro lado, a EaD pode se tornar um importante instrumento da recomendação da UNESCO a fazer com que os países ofereçam Educação para Todos. A educação de boa qualidade para todos resultará na formação de um capital humano e social. "O capital humano significa o conhecimento e a capacitação individuais que tornam a pessoa mais autônoma, mais flexível e mais produtiva" (DANIEL, 2003: 79). Entretanto, somente capital pessoal não é suficiente. É preciso a elevação no nível de capital social, para que, no coletivo, cada um venha a usufruir desse crescimento. Para isso, alguns autores (DANIEL, 2003; LUCKESI, 2001; MATA, 2001); entre outros) defendem a EaD como portadora de um potencial capaz de atingir, de forma transversal e efetiva, os autênticos objetivos educacionais de uma sociedade democrática.

A EaD no contexto das políticas de formação de professores

Em muitos países da Europa, a educação a distância se desenvolveu a partir da evolução da pedagogia da sala de aula como estratégia de complementação da aprendizagem regular e da profissionalização, sobretudo docente (BARRETO, 1997). No Brasil, entretanto, apenas recentemente essa tradição começa a delinear-se. Muitos programas, fomentados pelo próprio governo brasileiro, estão emergindo para configurar este cenário. Com isso, a questão do aprimoramento das práticas docentes tem se tornado a principal lacuna a ser preenchida pelos governos federal, estaduais e até mesmo municipais, para o desen-

volvimento de uma educação atendida com a possibilidade de formação de um referencial teórico-metodológico atualizado para os professores que compõem o quadro do magistério do sistema educacional do Brasil. Para atender a esta demanda, alguns programas baseados em EaD foram pensados e implementados, ora em escala nacional, como é o caso do "TV Escola" e "Um Salto para o Futuro"; ora estadual, como o projeto Viva Educação, do governo do Maranhão. Muitos desses programas têm por objetivo principal o treinamento dos profissionais in loco. Toschi (2001), lamenta a metodologia e expressão utilizadas, pois a expressão treinamento traz embutida a concepção de trabalho docente como algo técnico, treinável e ainda imprime uma formatação aligeirada a esse processo, completa a mesma autora.

É pensando nessa conjuntura social, da qual o sistema educacional brasileiro faz parte, como também numa perspectiva internacional de mútua influência em que o Brasil está situado que se propõe refletir sobre as políticas de formação de professores baseadas em educação a distância, pois conforme menciona Barreto (2001), a abordagem da dimensão ideológica da formação de professores passa, necessariamente pela chamada 'globalização'.

Nesse sentido, nunca a formação inicial, como a continuada de professores, especialmente estruturadas numa estratégia de ensino a distância, foram tão abordadas em documentos oficiais como nos últimos anos. Além disso, o esforço do sistema oficial aponta para uma concepção de equivalência do ensino a distância em relação ao presencial. Para o Ministério da Educação/Secretaria de Ensino a Distância, um diploma de ensino superior recebido por um curso feito a distância deve ter o mesmo valor que um realizado de forma presencial. A graduação a distância, portanto, não se confunde com um curso supletivo de ensino fundamental ou médio a distância (Brasil, MEC/SEED, 2001).

No que tange, especificamente, à formação continuada de professores, o Programa Um Salto para o Futuro pode ser considerado como um importante ponto para o início dessa reflexão. De âmbito nacional, transmitido pela televisão via satélite, é destinado à capacitação de professores das séries iniciais do ensino fundamental, se estendendo, inclusive, para professores da pré-escola. Criado pelo Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Básica (Seneb), tem como parceiros a Fundação Roquete Pinto, que fica responsável pela

transmissão, e as Secretarias Estaduais da Educação, responsáveis pela implementação em campo. Segundo Barreto (1997), embora o programa represente um avanço importante em matéria de educação a distância, pois combina recursos como televisão, fax, telefonia e material impresso, será necessário maior empenho na equação dos custos requeridos para sua implementação, como também um esforço mais intenso no sentido de ampliar os parceiros para ex-

Na universidade, a formação acadêmica tende a ser uma formação incapaz de acompanhar a velocidade das mudanças tecnológicas, econômicas, culturais e do cotidiano.

pandi-lo.

Se a opção do MEC for a de apostar nas novas possibilidades de capacitação abertas para esta modalidade, terá que exercer mais fortemente a sua ação supletiva, especialmente do ponto de vista do apoio financeiro, de modo a viabilizar a expansão do programa, notadamente nos estados do nordeste e do norte do país, regiões que, pelas maiores carências dos seus sistemas de ensino, são as que mais necessitam de apoio. (Bar-

Como estratégia inovadora de ensino, a EaD vem tomando força gradativamente, representando uma alternativa de ampliar as oportunidades de ingresso dos indivíduos nos diferentes níveis educacionais, sobretudo no nível superior.

reto, 1997, p. 327)

Ainda que a magnitude do programa seja limitada por problemas de ordem financeira, isto é, da própria natureza da implantação e implementação, o objetivo acadêmico de preparar professores a partir do desenvolvimento da capacidade de refletir e criticar sua própria prática docente, através dos con-

téudos veiculados nos programas, constituiu-se num mérito que o justifica.

A implementação de políticas de formação de professores através da EaD tem se traduzido em ações concretas e de proporções pouco reduzidas por parte do Ministério da Educação. Além do Programa Um Salto para o Futuro, estão em curso no país outros dois programas destinados à formação de professores: TV Escola e Proformação. A EaD, portanto, se torna uma modalidade de ensino cada vez mais apresentada como favorável para minimizar a falta de qualificação dos professores brasileiros (TOSCHI, 2001).

Além disso, é importante destacar o vertiginoso crescimento da EaD, em termos de demanda, tanto no ensino superior, quanto em outros níveis de ensino. Esse crescimento se explica em função da elevação do nível de confiança nele depositado pela sociedade, de modo geral. Há alguns anos atrás, havia muita desconfiança por parte das pessoas em relação a cursos oferecidos através de EaD. Atualmente, isso tem sido minimizado, ora pelo crescente número de certificações apresentadas, ora pelo reconhecimento da qualidade da maioria dos cursos a distância no Brasil.

Educação Superior a Distância

Apesar de muito recentes, muitos cursos de graduação a distância estão sendo oferecidos no país. A Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) oferece desde 1992 o curso de Licenciatura em Educação Básica por meio de materiais impressos. A Universidade Federal do Pará (UFPA) foi credenciada em 1999 para oferecer curso de licenciatura e bacharelado em Matemática. No mesmo ano, a Universidade Federal do Ceará foi autorizada para oferecer cursos de licenciatura em Biologia, Física, Química e Matemática. Em 2000, a Universidade Estadual de Santa Catarina (UESC) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) foram autorizadas a oferecerem cursos de licenciatura em Pedagogia. Segundo Toschi (2001), estas são as primeiras experiências de formação em licenciatura a distância que farão uso de outros materiais, além dos impressos. Representam, portanto, um passo importante na redefinição de modelos estratégicos para EaD.

Atualmente, há no âmbito do Ministério da Educação, 34 Instituições Credenciadas a oferecerem cursos superiores através desse modo de ensino.

No Curso de Licenciatura Plena em Educação Básica a Distância, da Universidade Federal do Mato Grosso, todos

os alunos são professores em exercício da rede pública de ensino, que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental. Para Neder (2000: 202), "esta condição é que permite trazer a dimensão da relação teoria-prática para todos os momentos do desenvolvimento dos conhecimentos curriculares". Além disso, o curso está situado no universo amplo da política de formação do profissional docente, incluindo o "Plano de Carreira e Política de Remuneração" e a "Organização de um Sistema Único de Educação". Um dado importante e peculiar desse modelo de formação superior em EaD no Mato Grosso é sua estrutura geral de organização.

O Núcleo de Educação Aberta e a Distância - NEAD em que tal curso está inserido, é composto de mais cinco centros de apoio que atendem entre 300 e 600 alunos cada, situados em uma região-pólo. Estes centros dispõem de infra-estrutura para o desenvolvimento de serviços de cunho administrativo e acadêmico.

Outra importante experiência de formação de professores através de estratégias de ensino a distância se refere ao Curso Normal Superior, modalidade Telepresencial no estado do Tocantins. Oferecido através de uma parceria entre a Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) e Educação Continuada Ltda (EDUCONT), o curso conseguiu formar, nas duas primeiras turmas, 8065 professores para o exercício do magistério nas séries iniciais do ensino fundamental. Para um estado que dispõe de poucas condições para atender, satisfatória e suficientemente aos egressos do ensino médio, a estratégia se justifica, sobretudo quando se propõe expandir a oferta para outras áreas do conhecimento. Para o início de 2005, o programa ofereceu vagas, em nível nacional e estadual para os cursos de Administração e Ciências Contábeis.

Para Vianney (2001), a atuação de algumas Instituições de Ensino Superior (IES), acrescida de alguns fatores de mudança, tais como competitividade nacional e internacional entre IES, iniciativas universitárias autônomas em cursos baseados em EaD, redução de custos, atendimento a urgentes demandas sociais e legislação específica são componentes que fornecem condições estruturais para implantação em escala de uma EaD moderna e voltada para o ensino superior no Brasil.

Segundo dados do Inep, em 2002 havia no Brasil apenas 46 cursos de graduação a distância com autorização de funcionamento. Na região Norte, embo-

ra o curso de Matemática, nas modalidades Bacharelado e Licenciatura Plena, fosse oferecido pela Universidade Federal do Pará, já credenciada, ainda não fazia parte das estatísticas oficiais do Ministério da Educação, pois não tinha recebido ainda portaria de autorização para funcionamento. Nessa mesma situação, outros cursos, mesmo em plena atividade, encontram-se fora do escopo oficial do MEC.

Também a criação de laboratórios em universidades para o desenvolvimento de pesquisas sobre modelos de ensino a distância e tecnologias midiáticas para uso pedagógico foi decisiva para o surgimento desse novo cenário para as políticas de formação inicial e continuada de professores. O início desse processo de inovação data de 1995 e tem como agentes iniciais a Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Anhembi Morumbi (UAM) e a Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (Vianney, 2001).

Além desses espaços de cunho institucional, criados principalmente em universidades, que de alguma forma acabaram por colaborar com o incremento de uma política de formação de professores em âmbito nacional, há uma preocupação com a apropriação por parte do professor de tecnologias, especialmente audiovisuais, utilizadas em EaD.

O curso de extensão "TV na Escola e os desafios de hoje", oferecido pelo MEC e UniRede, reafirma essa constatação. A necessidade de formação tecnológica de professores para utilização de recursos audiovisuais é constatada na enorme demanda apresentada para participação no curso. Para 30 mil vagas no Brasil, inscreveram-se 250 mil professores, ou seja, havia uma oferta de apenas 12% do quantitativo que demonstrava interesse e, certamente, tinha necessidade desse tipo de capacitação. Carneiro (2003) explica que o interesse sobre como utilizar pedagogicamente essa tecnologia demonstra ser necessário oferecer cursos para o educador se aperfeiçoar para as novas atuações pedagógicas.

Ainda que o professor não demonstrasse muito interesse na adoção e aprendizagem das tecnologias aplicadas à sala de aula em seu processo de formação continuada e/ou capacitação em serviço, o contexto social impõe em certa medida de pressão do uso cada vez mais intenso de tecnologias. Atualmente, vivemos em um mundo de pessoas e máquinas e o uso apropriado da tecnologia sempre envolve pessoas e seu sistema social (DANIEL, 2003). Portanto, em se tratando de formação de professores, deve se consi-

derar dois aspectos importantes na sua relação com a EaD. Primeiro, a dimensão política desse processo, que aponta para novos horizontes de formação docente. E, em segundo lugar, os desafios impostos na própria dinâmica interna da efetivação do ato de educar. As tecnologias pensadas nos laboratórios de EaD e utilizadas nos cursos a distância refletem na prática educativa do professor em sua atividade diária, sobretudo porque essas ações se situam num contexto de amplas e profundas mudanças. A incompreensão dessas duas dimensões podem levar a um tratamento da EaD incompatível à sua importância.

Considerações Finais

Para compreender as mudanças em curso no campo educacional, especialmente no campo das práticas docentes, basta promover uma análise global do que vem ocorrendo na sociedade. Educação e sociedade estabelecem uma relação de mútua influência, entretanto, parece que a intensidade da influência é maior quando parte da sociedade. A educação se torna, pois, o reflexo da sociedade. Nesse sentido, a EaD é também entendida como manifestação das inovações tecnológicas e das novas práticas sociais mediadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação disponíveis na sociedade atualmente.

No ensino superior, além das razões sociais e das necessidades individuais que justificam a EaD, convém lembrar que este nível de ensino funciona como um laboratório das novas práticas pedagógicas, resultando em inovações no ato de ensinar e aprender. Novas estratégias de ensino, apoiadas em tecnologias de mediação estão sendo pensadas e propostas para a educação, fazendo com que a EaD se consolide ainda mais e avance em termos de sua cientificidade técnica, validade social e viabilidade financeira.

Em se tratando de formação de professores, a inovação tecnológica se traduz em inovação pedagógica, uma vez que o exercício da profissão docente, exige, necessariamente, a busca incessante pelo novo, sobretudo se considerarmos o processo de banalização da informação, gerado pela acessibilidade da Internet. O professor é quem conduz ao saber; não se pode conduzir, se não se sabe para onde ir. Além disso, ele deve dar sentido ao conhecimento, precisa problematizar, ajudar o aluno a pensar além do que está posto nas informações que recebe. Isto é, sem dúvida, a face mais evidente da inovação a que a educação como um todo se refere. Inovar não é somente a utiliza-

ção de novas técnicas, antes de mais nada e, principalmente, é o desenvolvimento de uma postura que envolve o modo de ser, agir e pensar.

Autores

¹ Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília e Professor de Tecnologia Educacional na Universidade Estadual de Goiás. Contato: claudiosinas@yahoo.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Brasília. Contato: beatrice@pos.ucb.br

Referências bibliográficas

- BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Capacitação à distância de professores do ensino fundamental no Brasil. Educ. Soc. [on-line]. Ago. 1997, vol. 18, no. 59 [citado 17 dezembro 2003], p. 308-329. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01013301997000200005&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-7330. Acessado em 23/03/2004.
- BARRETO, Rachel Goulart. As políticas de formação de professores: novas tecnologias e educação a distância. In: Tecnologias educacionais e educação a distância. Rachel Goulart Barreto (org.) Rio de Janeiro: Quartet, 2001.
- BÉDARD, Roger. Peculiaridade da Educação a Distância (EAD) como desafios de gestão. In: Revista Brasileira de Educação a Distância. 1
- BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- CARNEIRO, Vânia Lúcia Quintão. TV na Escola: desafios tecnológicos e culturais. In: Tecnologias na educação e formação de professores. Gilberto Lacerda Santos (org.) Brasília: Plano Editora, 2003.
- DANIEL, John. Educação e tecnologia num mundo globalizado. Brasília: UNESCO, 2003.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Democratização da Educação: ensino a distância como alternativa. In: Educação a distância: referências e trajetórias. Francisco José da Silveira Loboneto (org.) Brasília: Plano Editora, 2001.
- MATA, Maria Lutgarda. Revolução tecnológica e educação: perspectiva da educação a distância. In: Educação a distância: referências e trajetórias. Francisco José da Silveira Loboneto (org.) Brasília: Plano Editora, 2001.
- NEDER, Maria Lúcia Cavalli. Licenciatura em Educação Básica a Distância: projeto expansão NEAD/UFMT. In: PRETI, Oreste (org.) Educação a Distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE - UFMT; Brasília: Plano, 2000.
- OLIVEIRA, Valdir da Silva. Educação a distância nas empresas de tecnologia da informação. Brasília: UCAM, 2002. 32p. Trabalho monográfico (especialização lato sensu). Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, Universidade Cândido Mendes, 2002.
- TOSCHI, Mirza Seabra. TV Escola: o lugar dos professores na política de formação docente. In: Tecnologias educacionais e educação a distância. Rachel Goulart Barreto (org.) Rio de Janeiro: Quartet, 2001.
- VIANNEY, João. Universidade virtual: a virtualização dos serviços acadêmicos no ensino presencial e a criação de um novo conceito para o ensino superior a distância. In: O ensino superior em transformação. Eunice Ribeiro Dumhiham e Helena Sampaio (org.) São Paulo, Nupes/USP, 2001.